

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1. NOÇÕES PRELIMINARES DO PROCESSO PENAL .....	1
1.1.1. Visão geral .....	1
1.1.2. Conceito .....	4
1.1.3. Posição jurídica .....	4
1.1.4. Características .....	5
1.1.5. Finalidades .....	5
1.2. LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO .....	5
1.2.1. Regra .....	5
1.2.2. Exceções .....	6
1.2.2.1. Tratados, convenções e regras de Direito Internacional .....	8
1.2.2.2. Prerrogativas especiais .....	8
1.2.2.3. Processos de competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral .....	9
1.2.2.4. Processos de competência do tribunal especial .....	9
1.2.2.5. Processos por crime de imprensa .....	9
1.2.2.6. Incidência de leis especiais .....	9
1.2.3. Imunidade diplomática e consular .....	10
1.3. LEI PROCESSUAL NO TEMPO .....	12
1.3.1. Lei processual híbrida .....	13
1.4. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....	16
1.5. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....	17
1.5.1. Analogia .....	17
1.5.2. Interpretação analógica .....	18
1.5.3. Interpretação extensiva .....	18
1.5.4. Aplicação subsidiária de outras normas .....	18
1.5.5. Princípios gerais do Direito .....	19
1.6. FONTES .....	20
1.6.1. Fontes materiais ou de produção .....	20
1.6.2. Fontes formais ou de cognição .....	21
1.7. SISTEMAS PROCESSUAIS .....	21
1.7.1. Sistema inquisitivo .....	22
1.7.2. Sistema acusatório .....	23
1.7.3. Sistema misto .....	24
1.7.4. Qual é o sistema adotado pelo Brasil? .....	25
1.8. PERSECUÇÃO PENAL .....	27
1.9. JUIZ DAS GARANTIAS .....	28
1.9.1. Introdução .....	28

1.9.2. Suspensão cautelar pelo STF .....	28
1.9.3. Estrutura acusatória do Processo Penal .....	29
1.9.4. Juiz das garantias: conceituação .....	30
1.9.4.1. Teoria da dissonância cognitiva .....	31
1.9.5. Juiz das garantias não é investigador .....	33
1.9.6. (In)constitucionalidade do juiz das garantias .....	34
1.9.7. Juiz das garantias, juizado de instrução e central de inquérito .....	34
1.9.8. Aplicação do juiz das garantias no tempo .....	35
1.9.9. Competências do juiz das garantias .....	36
1.9.9.1. Controle de legalidade .....	36
1.9.9.2. Reserva de jurisdição .....	37
1.9.10. Prorrogação do inquérito policial .....	38
1.9.11. Abrangência do juiz das garantias .....	38
1.9.12. Recebimento da inicial acusatória .....	39
1.9.13. Reexame das medidas adotadas no curso das investigações .....	40
1.9.14. Acautelamento dos autos da investigação .....	40
1.9.15. Impedimento do juiz das garantias para funcionar na fase processual .....	41
1.9.16. Rodízio de juízes em comarcas de vara única .....	42
1.9.17. Designação dos juízes das garantias .....	42
1.9.18. Proteção da imagem dos presos .....	42
1.9.19. Existe um Ministério Público das garantias? .....	43
<b>2. PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>45</b>
2.1. CONCEITO .....	45
2.2. PRINCÍPIOS EM ESPÉCIE .....	46
2.2.1. Dignidade da pessoa humana .....	46
2.2.2. Devido processo legal .....	55
2.2.3. Contraditório .....	56
2.2.4. Ampla defesa .....	58
2.2.5. Juiz natural .....	62
2.2.6. Promotor natural .....	64
2.2.7. Defensor natural .....	65
2.2.8. Igualdade processual .....	65
2.2.9. Presunção de inocência .....	66
2.2.10. Publicidade .....	68
2.2.11. Motivação das decisões .....	70
2.2.12. Imparcialidade do juiz .....	72
2.2.13. Verdade real .....	72
2.2.14. Duplo grau de jurisdição .....	74
2.2.15. Identidade física do juiz .....	76
2.2.16. Oficialidade e oficiosidade .....	76
2.2.17. Oralidade .....	76
2.2.18. Duração razoável do processo .....	77
2.2.19. Vedação à autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ) .....	79
2.2.20. <i>In dubio pro reo</i> .....	83
2.2.21. Inadmissibilidade de provas ilícitas .....	84
2.2.22. Iniciativa das partes e impulso oficial .....	84

<b>3. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL .....</b>	<b>87</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	87
3.2. INQUÉRITO POLICIAL .....	89
3.2.1. Conceito .....	89
3.2.2. Finalidade .....	89
3.2.3. Inquéritos extrapoliciais .....	90
3.2.4. Características .....	90
3.2.4.1. Procedimento administrativo .....	90
3.2.4.2. Inquisitivo .....	90
3.2.4.3. Oficialidade .....	94
3.2.4.4. Oficiosidade .....	94
3.2.4.5. Discricionariedade .....	95
3.2.4.6. Indisponibilidade .....	95
3.2.4.7. Predominância da forma escrita .....	97
3.2.4.8. Transitório .....	97
3.2.4.9. Sigiloso .....	98
3.2.4.10. Dispensável .....	100
3.2.5. Papel do juiz .....	101
3.2.6. Atribuição da polícia judiciária .....	102
3.2.6.1. Infrações de repercussão interestadual e internacional .....	105
3.2.6.2. Delegado natural .....	106
3.2.6.3. Aplicação do princípio da insignificância .....	107
3.2.7. Vícios e nulidade .....	108
3.2.8. Valor probatório .....	109
3.2.9. Formas de instauração .....	110
3.2.9.1. Crimes de ação penal pública incondicionada .....	112
3.2.9.1.1. Verificação da procedência das informações (VPI) .....	114
3.2.9.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada ...	117
3.2.10. Diligências investigatórias .....	118
3.2.10.1. Violência doméstica e familiar contra a mulher .....	121
3.2.11. Diligências de combate ao tráfico de pessoas .....	123
3.2.11.1. Acesso a dados e informações cadastrais .....	123
3.2.11.2. Acesso à localização da vítima e dos suspeitos .....	124
3.2.12. Prazos para conclusão .....	127
3.2.13. Indiciamento .....	129
3.2.14. Foro por prerrogativa de função .....	131
3.2.15. Conclusão das investigações .....	133
3.2.16. Possíveis atitudes do Ministério Público .....	135
3.2.16.1. Requisitar novas diligências .....	135
3.2.16.2. Requerer a remessa a outro juízo .....	135
3.2.16.3. Requerer a declaração de extinção da punibilidade .....	137
3.2.16.4. Oferecer denúncia .....	138
3.2.16.5. Promover o arquivamento .....	138
3.2.16.5.1. Arquivamento implícito .....	142
3.2.16.5.2. Arquivamento provisório .....	143
3.2.16.5.3. Arquivamento nos crimes contra economia popular .....	143
3.2.16.5.4. Arquivamento na Lei nº 13.964/19 .....	143

3.2.17. Desarquivamento .....	145
3.2.18. Arquivamento nas ações penais de competência originária .....	147
3.2.19. Curador .....	148
3.2.20. Incomunicabilidade .....	149
3.2.21. Trancamento .....	149
3.3. TERMO CIRCUNSTANCIADO .....	150
3.4. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....	151
3.4.1. Identificação do perfil genético .....	154
3.4.2. Cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de estupro .....	157
3.5. DENÚNCIA ANÔNIMA .....	159
3.5.1. <i>Whistleblower</i> .....	160
3.6. INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	162
3.7. INVESTIGAÇÃO PELA DEFESA .....	166
3.8. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL .....	167
3.9. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) .....	170
3.9.1. Conceituação, natureza jurídica e previsão legal .....	170
3.9.2. Mitigação ao princípio da obrigatoriedade .....	170
3.9.3. (In)constitucionalidade do acordo .....	170
3.9.4. Medida despenalizadora .....	171
3.9.5. Requisitos .....	171
3.9.6. Condições .....	175
3.9.7. Homologação judicial .....	178
3.9.8. Descumprimento .....	179
3.9.9. Cumprimento .....	180
3.9.10. Prescrição .....	180
3.9.11. Recusa em se propor o acordo .....	180
3.9.12. Processos já em andamento .....	181
3.9.13. Situações controversas .....	181
3.10. <i>FISHING EXPEDITION</i> .....	182
<b>4 AÇÃO PENAL .....</b>	<b>185</b>
4.1. FASE PROCESSUAL DA PERSECUÇÃO PENAL .....	185
4.2. INTRODUÇÃO À AÇÃO PENAL .....	185
4.2.1. Conceito .....	185
4.2.2. Fundamento .....	185
4.2.3. Características .....	186
4.2.4. (In)existência de lide .....	187
4.2.5. Condições da ação penal .....	188
4.2.5.1. Condições genéricas .....	189
4.2.5.2. Condições específicas .....	192
4.2.6. Pressupostos processuais .....	193
4.2.7. Originalidade .....	194
4.2.8. Suficiência da ação penal .....	194
4.3. CLASSIFICAÇÃO SUBJETIVA DA AÇÃO PENAL .....	195
4.4. CLASSIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DA AÇÃO PENAL .....	195
4.5. CASOS ESPECÍFICOS .....	197
4.5.1. Crimes praticados contra a honra de funcionários públicos .....	197

4.5.2. Crimes contra a dignidade sexual .....	197
4.5.3. Lesão corporal em situação de violência doméstica contra a mulher .....	199
4.5.4. Crimes de trânsito .....	200
4.5.5. Crime de estelionato .....	200
4.6. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA .....	201
4.6.1. Introdução .....	201
4.6.2. Conceito .....	201
4.6.3. Legitimidade .....	201
4.6.4. Princípios .....	202
4.6.4.1. Obrigatoriedade .....	202
4.6.4.2. Indisponibilidade .....	204
4.6.4.3. Oficialidade .....	205
4.6.4.4. Divisibilidade .....	205
4.7. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO .....	205
4.7.1. Conceito .....	205
4.7.2. Legitimidade .....	206
4.7.3. Princípios .....	206
4.7.4. Representação .....	206
4.7.4.1. Conceito .....	206
4.7.4.2. Fundamento .....	206
4.7.4.3. Natureza jurídica .....	207
4.7.4.4. Eficácia objetiva .....	207
4.7.4.5. Forma .....	208
4.7.4.6. Legitimidade .....	209
4.7.4.7. Prazo .....	210
4.7.4.8. Retratação .....	211
4.8. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA....	213
4.8.1. Requisição .....	213
4.8.1.1. Conteúdo .....	213
4.8.1.2. Destinatário .....	213
4.8.1.3. Ausência de vinculação .....	213
4.8.1.4. Prazo .....	214
4.8.1.5. Retratação .....	214
4.8.1.6. Hipóteses legais .....	214
4.9. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA .....	214
4.9.1. Introdução .....	214
4.9.2. Conceito .....	215
4.9.3. Fundamento .....	215
4.9.4. Legitimidade .....	215
4.9.5. Princípios .....	216
4.9.5.1. Disponibilidade .....	216
4.9.5.2. Oportunidade ou conveniência .....	217
4.9.5.3. Indivisibilidade .....	217
4.9.5.4. Outros princípios .....	218
4.9.6. Espécies .....	218
4.9.6.1. Exclusivamente privada .....	218
4.9.6.2. Personalíssima .....	218

4.9.6.3. Ação penal privada subsidiária da pública .....	219
4.9.6.3.1. Pressuposto .....	219
4.9.6.3.2. Finalidade .....	219
4.9.6.3.3. Cabimento .....	220
4.9.6.3.4. Termo inicial .....	220
4.9.6.3.5. Prazo .....	220
4.9.6.3.6. Legitimidade .....	221
4.9.6.3.7. Natureza .....	221
4.9.6.3.8. Atuação do Ministério Público .....	221
4.9.6.3.9. Abandono pelo querelante .....	222
4.9.7. Extinção da punibilidade .....	222
4.9.7.1. Decadência .....	222
4.9.7.2. Renúncia ao direito de queixa .....	223
4.9.7.3. Perdão do ofendido .....	224
4.9.7.4. Perempção .....	226
4.9.8. Custas, despesas processuais e honorários .....	228
4.10. PEÇA ACUSATÓRIA .....	228
4.10.1. Denúncia e queixa-crime .....	228
4.10.2. Requisitos .....	229
4.10.3. Prazo para oferecimento da denúncia .....	234
4.10.4. Prazo para oferecimento da queixa-crime .....	235
4.10.5. Recebimento e rejeição .....	237
4.10.6. Questões pontuais .....	237
4.10.6.1. Denúncia genérica e denúncia geral .....	237
4.10.6.2. Cumulação de imputações .....	239
4.10.6.3. Imputação implícita .....	239
4.10.6.4. Imputação alternativa .....	239
4.11. ADITAMENTO .....	240
4.11.1. Fundamento e conceito .....	240
4.11.2. Espécies .....	240
4.11.3. Procedimento .....	241
4.11.4. Prescrição .....	242
4.11.5. Aditamento da queixa-crime .....	242
<b>5 AÇÃO CIVIL “EX DELICTO” .....</b>	<b>243</b>
5.1. INTRODUÇÃO .....	243
5.2. ESPÉCIES DE REPARAÇÃO .....	244
5.3. SEPARAÇÃO DE JURISDIÇÕES .....	244
5.4. SISTEMAS .....	245
5.5. VIAS JUDICIAIS POSSÍVEIS .....	247
5.5.1. Ação de execução <i>ex delicto</i> .....	247
5.5.1.1. Legitimidade ativa .....	248
5.5.1.2. Legitimidade passiva .....	249
5.5.1.3. Competência .....	249
5.5.1.4. Revisão criminal .....	250
5.5.1.5. Pedido .....	251
5.5.1.6. Prescrição .....	251

5.5.1.7. Fixação do valor indenizatório .....	251
5.5.1.8. Recurso .....	254
5.5.1.9. Lei processual no tempo .....	254
5.5.1.10. Sentença estrangeira .....	255
5.5.2. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	255
5.6. EFEITOS DA DECISÃO PENAL NO JUÍZO CÍVEL .....	256
<b>6 COMPETÊNCIA .....</b>	<b>261</b>
6.1. CONCEITUANDO: JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA .....	261
6.2. CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO .....	262
6.3. ELEMENTOS DA JURISDIÇÃO .....	262
6.4. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO .....	263
6.4.1. Juiz natural .....	263
6.4.2. Investidura .....	264
6.4.3. Inércia .....	264
6.4.4. Indeclinabilidade .....	264
6.4.5. Indelegabilidade .....	265
6.4.6. Improrrogabilidade .....	265
6.4.7. Inevitabilidade .....	265
6.4.8. Unidade .....	265
6.4.9. Correlação .....	265
6.4.10. Duplo grau de jurisdição .....	265
6.4.11. Substitutividade .....	266
6.4.12. Definitividade .....	266
6.5. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO .....	266
6.6. ESPÉCIES DE COMPETÊNCIA .....	267
6.7. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA .....	267
6.7.1. Competência absoluta .....	267
6.7.2. Competência relativa .....	268
6.7.3. Quadro comparativo .....	268
6.8. <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i> .....	269
6.9. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PENAL .....	269
6.10. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA .....	271
6.10.1. Justiça Militar .....	271
6.10.1.1. Breve introdução .....	271
6.10.1.2. Composição .....	272
6.10.1.3. A Lei nº 13.491/17 .....	275
6.10.1.3.1. Os crimes militares .....	275
6.10.1.3.2. Crimes dolosos contra a vida .....	276
6.10.1.3.3. Juiz natural e direito intertemporal .....	279
6.10.1.3.4. O veto presidencial .....	280
6.10.1.4. Casuística .....	281
6.10.2. Justiça Eleitoral .....	285
6.10.3. Justiça Trabalhista .....	286
6.10.4. Justiça Federal .....	287

6.10.4.1. Breve introdução .....	287
6.10.4.2. Composição .....	288
6.10.4.3. Casuística .....	288
6.10.4.3.1. Crimes políticos .....	289
6.10.4.3.2. Contravenções penais .....	289
6.10.4.3.3. Crimes contra a União (lato sensu) .....	290
6.10.4.3.4. Crimes contra a Justiça Trabalhista, Militar, Eleitoral e Federal .....	295
6.10.4.3.5. Crimes praticados por funcionário público federal .....	296
6.10.4.3.6. Crimes praticados contra funcionário público federal .....	296
6.10.4.3.7. Tribunal do júri federal .....	296
6.10.4.3.8. Crimes contra o meio ambiente .....	297
6.10.4.3.9. Execução penal .....	298
6.10.4.3.10. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional .....	300
6.10.4.3.11. Incidente de deslocamento de competência .....	305
6.10.4.3.12. Crimes contra a organização do trabalho .....	307
6.10.4.3.13. Crimes contra a fé pública .....	307
6.10.4.3.14. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira ....	308
6.10.4.3.15. Crimes a bordo de navios ou aeronaves .....	310
6.10.4.3.16. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro .....	311
6.10.4.3.17. Disputa sobre direitos indígenas .....	312
6.10.4.3.18. Mandado de segurança e <i>habeas corpus</i> .....	313
6.10.4.3.19. Delegação da competência federal .....	314
6.10.4.3.20. Conexão com crime estadual .....	315
6.10.5. Justiça Estadual .....	316
6.11. COMPETÊNCIA DE FORO .....	318
6.11.1. Lugar da infração .....	318
6.11.2. Casuística .....	319
6.11.2.1. Crime tentado .....	319
6.11.2.2. Crime à distância .....	319
6.11.2.3. Jurisdição incerta .....	320
6.11.2.4. Crimes continuados e permanentes .....	321
6.11.2.5. Crimes dolosos e culposos contra a vida .....	321
6.11.2.6. Crimes a bordo de embarcação e navio .....	322
6.11.2.7. Juizados Especiais Criminais .....	322
6.11.2.8. Crimes praticados no exterior .....	323
6.11.2.9. Estelionato .....	323
6.11.2.10. Apropriação indébita .....	324
6.11.2.11. Furto qualificado por fraude eletrônica (internet) .....	324
6.11.2.12. Crime contra a ordem tributária .....	325
6.11.2.13. Falso sequestro .....	326
6.11.2.14. Crimes qualificados pelo resultado .....	326
6.11.2.15. Crimes contra a honra pela internet .....	326
6.11.3. Domicílio ou residência do réu .....	327
6.12. COMPETÊNCIA DE JUÍZO .....	327
6.12.1. Natureza da infração .....	328



6.12.2. Distribuição .....	328
6.12.3. Prevenção .....	329
6.13. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA: CONEXÃO E CONTINÊNCIA .....	330
6.13.1. Conexão .....	330
6.13.2. Continência .....	332
6.13.3 Consequências .....	332
6.13.3.1. Foro prevalente .....	332
6.13.3.2. Separação obrigatória de processos .....	334
6.13.3.3. Separação facultativa de processos .....	335
6.13.4. Prorrogação de competência .....	336
6.13.5. Perpetuação de competência .....	338
6.14. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO .....	339
6.14.1. Introdução .....	339
6.14.1.1. Pontos positivos .....	340
6.14.1.2. Pontos negativos .....	341
6.14.2. Interpretação restritiva .....	342
6.14.3. Alcance da prerrogativa no tempo .....	343
6.14.3.1. Crime cometido antes do exercício funcional .....	343
6.14.3.2. Crime cometido no curso do exercício funcional .....	346
6.14.3.3. Crime cometido já findo o exercício funcional .....	348
6.14.3.4. Quadro geral .....	349
6.14.4. Competência quanto ao local .....	349
6.14.5. Concurso de agentes .....	350
6.14.6. Crimes dolosos contra a vida .....	352
6.14.7. Prerrogativa prevista em Constituição Estadual .....	353
6.14.8. Nexo de causalidade .....	355
6.14.9. Investigação .....	359
6.14.10. Indiciamento .....	361
6.14.11. Arquivamento .....	361
6.14.12. Duplo grau de jurisdição .....	362
6.14.13. Atuação do Ministério Público .....	362
6.14.14. Exceção da verdade .....	363
6.14.15. Casuística .....	364
6.14.15.1. Tribunais competentes .....	364
6.14.15.1.1. Supremo Tribunal Federal .....	364
6.14.15.1.2. Superior Tribunal de Justiça .....	365
6.14.15.1.3. Tribunal Superior Eleitoral .....	365
6.14.15.1.4. Superior Tribunal Militar .....	365
6.14.15.1.5. Tribunal Regional Federal .....	365
6.14.15.1.6. Tribunal Regional Eleitoral .....	366
6.14.15.1.7. Tribunal de Justiça .....	366
6.14.15.2. Autoridades com foro privativo .....	366
6.14.15.2.1. Presidente da República .....	367
6.14.15.2.2. Ministro de Estado .....	370
6.14.15.2.3. Congressistas .....	370

6.14.15.2.4. Membros do CNJ e do CNMP .....	376
6.14.15.2.5. Governadores .....	376
6.14.15.2.6. Desembargadores de TJ e TRF .....	378
6.14.15.2.7. Membros do MP e da Magistratura dos Estados .....	378
6.14.15.2.8. Membros do MP da União .....	379
6.14.15.2.9. Deputados Estaduais .....	380
6.14.15.2.10. Prefeitos .....	381
6.14.15.2.11. Vereadores .....	382
<b>7 QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCEDIMENTOS INCIDENTES .....</b>	<b>385</b>
7.1. NOÇÕES GERAIS: OS INCIDENTES PROCESSUAIS .....	385
7.2. QUESTÕES PREJUDICIAIS .....	386
7.2.1. Conceito e características .....	386
7.2.2. Natureza jurídica .....	387
7.2.3. Questão prejudicial e questão preliminar .....	388
7.2.4. Classificações .....	388
7.2.4.1. Homogênea e heterogênea .....	388
7.2.4.2. Devolutiva e não devolutiva .....	389
7.2.4.2.1. Suficiência da ação penal .....	389
7.2.4.3. Obrigatória e facultativa .....	390
7.2.4.4. Total ou parcial .....	390
7.2.5. Sistemas de solução .....	390
7.2.6. Questões prejudiciais obrigatórias .....	391
7.2.6.1. Pressupostos .....	392
7.2.6.2. Consequências .....	392
7.2.7. Questões prejudiciais facultativas .....	394
7.2.7.1. Pressupostos .....	394
7.2.7.2. Consequências .....	395
7.3. PROCEDIMENTOS INCIDENTES .....	397
7.3.1. Exceções .....	398
7.3.1.1. Considerações iniciais .....	398
7.3.1.2. Classificações .....	398
7.3.1.3. Regramento básico das exceções .....	398
7.3.1.4. Exceção de suspeição e de impedimento .....	399
7.3.1.4.1. Considerações iniciais .....	399
7.3.1.4.2. Legitimados .....	399
7.3.1.4.3. Momento .....	399
7.3.1.4.4. Procedimento .....	400
7.3.1.4.5. Recurso .....	401
7.3.1.4.6. Parcialidade de outros agentes .....	402
7.3.1.4.7. Causas de suspeição e impedimento .....	404
7.3.1.4.8. A incompatibilidade .....	405
7.3.1.4.9. Quadro geral .....	406
7.3.1.5. Exceção de incompetência de juízo .....	406
7.3.1.5.1. Considerações iniciais .....	406

7.3.1.5.2. Legitimados .....	406
7.3.1.5.3. Momento .....	407
7.3.1.5.4. Procedimento .....	407
7.3.1.5.5. Recurso .....	408
7.3.1.5.6. Quadro geral .....	408
7.3.1.6. Exceção de ilegitimidade de parte .....	409
7.3.1.6.1. Considerações iniciais .....	409
7.3.1.6.2. Legitimados .....	409
7.3.1.6.3. Momento .....	409
7.3.1.6.4. Procedimento .....	409
7.3.1.6.5. Recurso .....	410
7.3.1.6.6. Quadro geral .....	410
7.3.1.7. Exceção de litispendência e de coisa julgada .....	410
7.3.1.7.1. Considerações iniciais .....	410
7.3.1.7.2. Litispendência .....	411
7.3.1.7.3. Coisa julgada .....	411
7.3.1.7.4. Legitimados .....	412
7.3.1.7.5. Momento .....	412
7.3.1.7.6. Procedimento .....	413
7.3.1.7.7. Recurso .....	413
7.3.1.7.8. Quadro geral .....	414
7.3.2. Restituição de coisas apreendidas .....	414
7.3.2.1. Considerações iniciais .....	414
7.3.2.2. O que pode ser apreendido e restituído .....	414
7.3.2.3. Requisitos .....	416
7.3.2.4. Legitimados .....	416
7.3.2.5. Momento .....	417
7.3.2.6. Procedimento .....	417
7.3.2.7. Destino das coisas não restituídas .....	418
7.3.2.8. Recurso .....	419
7.3.2.9. Leis especiais .....	419
7.3.2.10. Quadro geral .....	420
7.3.3. Incidente de falsidade documental .....	420
7.3.3.1. Considerações iniciais .....	420
7.3.3.2. Cabimento .....	421
7.3.3.3. Legitimados .....	421
7.3.3.4. Momento .....	422
7.3.3.5. Procedimento .....	422
7.3.3.6. Recurso .....	423
7.3.3.7. Repercussão da decisão .....	423
7.3.3.8. Suspensão do processo principal .....	424
7.3.3.9. Quadro geral .....	424
7.3.4. Incidente de insanidade mental .....	425
7.3.4.1. Considerações iniciais .....	425
7.3.4.2. Cabimento .....	425

7.3.4.3. Legitimados .....	426
7.3.4.4. Momento .....	426
7.3.4.5. Procedimento .....	426
7.3.4.6. Conclusões do laudo .....	427
7.3.4.7. Recurso .....	430
7.3.4.8. Insanidade mental na execução penal .....	430
7.3.4.9. Quadro geral .....	431
7.3.5. Conflito de jurisdição .....	431
7.3.5.1. Considerações iniciais .....	431
7.3.5.2. Legitimados .....	432
7.3.5.3. Momento .....	432
7.3.5.4. Forma e espécies .....	432
7.3.5.5. Procedimento .....	433
7.3.5.6. Recurso .....	433
7.3.5.7. Avocatória .....	433
7.3.5.8. Competência .....	434
7.3.5.9. Conflito de atribuições .....	435
7.3.5.10. Quadro geral .....	438
7.3.6. Medidas assecuratórias .....	438
7.3.6.1. Considerações iniciais .....	438
7.3.6.2. Requisitos gerais .....	439
7.3.6.3. Sequestro .....	439
7.3.6.3.1. Considerações iniciais .....	439
7.3.6.3.2. Legitimados .....	440
7.3.6.3.3. Momento .....	440
7.3.6.3.4. Procedimento .....	440
7.3.6.3.5. Levantamento .....	441
7.3.6.3.6. O resultado do processo .....	442
7.3.6.3.7. Defesa .....	442
7.3.6.3.8. O art. 91, § 2º, do Código Penal .....	444
7.3.6.3.9. O Decreto-lei nº 3.240/41 .....	445
7.3.6.3.10. Quadro geral .....	446
7.3.6.4. Hipoteca legal .....	446
7.3.6.4.1. Considerações iniciais .....	446
7.3.6.4.2. Legitimados .....	447
7.3.6.4.3. Momento .....	447
7.3.6.4.4. Procedimento .....	448
7.3.6.4.5. Cancelamento .....	449
7.3.6.4.6. Quadro geral .....	449
7.3.6.5. Arresto .....	449
7.3.6.5.1. Considerações iniciais .....	449
7.3.6.5.2. Arresto prévio de bem imóvel .....	450
7.3.6.5.3. Arresto subsidiário de bem móvel .....	451
7.3.6.5.4. Revogação e levantamento .....	452
7.3.6.5.5. Quadro geral .....	452

7.3.6.6. Alienação antecipada .....	452
7.3.6.6.1. Considerações iniciais .....	452
7.3.6.6.2. Momento .....	452
7.3.6.6.3. Requisitos .....	453
7.3.6.6.4. Legitimados .....	453
7.3.6.6.5. Procedimento .....	453
7.3.6.6.6. Quadro geral .....	454
7.3.6.7. Utilização dos bens apreendidos por órgãos públicos .....	454
<b>8. SUJEITOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>457</b>
8.1. INTRODUÇÃO .....	457
8.1.1. Partes .....	457
8.1.2. Litigância de má-fé .....	458
8.2. JUIZ .....	460
8.2.1. Quem pode ser juiz .....	461
8.2.2. Funções .....	461
8.2.3. Garantias .....	462
8.2.3.1. Responsabilização .....	463
8.2.4. Vedações .....	463
8.2.5. Imparcialidade .....	464
8.2.5.1. Impedimento .....	464
8.2.5.2. Suspeição .....	466
8.2.5.3. Incompatibilidade .....	469
8.2.5.4. Quadro geral .....	469
8.3. MINISTÉRIO PÚBLICO .....	470
8.3.1. Origem .....	470
8.3.2. Previsão na Constituição Federal de 1988 .....	470
8.3.2.1. Quem pode ser membro .....	471
8.3.2.2. Garantias .....	471
8.3.2.2.1. Responsabilização .....	472
8.3.2.3. Vedações .....	472
8.3.2.4. Organização .....	473
8.3.2.5. Princípios institucionais .....	474
8.3.3. Previsão no Código de Processo Penal .....	475
8.3.3.1. Impedimento e suspeição .....	477
8.3.4. O Ministério Público é imparcial? .....	478
8.3.5. Promotor natural .....	479
8.3.5.1. Promotor ad hoc .....	482
8.3.5.2. Procurador de Justiça natural .....	482
8.3.6. Poder de requisição .....	483
8.4. ACUSADO .....	488
8.4.1. Quem pode ser acusado .....	489
8.4.1.1. Menor de idade .....	489
8.4.1.2. Doente mental .....	489
8.4.1.3. Pessoa jurídica .....	490
8.4.2. Certeza e determinação .....	491
8.4.3. Obrigação de comparecimento aos atos do processo .....	492
8.4.4. Direitos e garantias .....	495

8.5. DEFENSOR	496
8.5.1. Quem pode ser defensor	497
8.5.2. Espécies	497
8.5.3. Defesa técnica e fundamentada	501
8.5.4. Abandono do processo e justificação	501
8.5.5. Impedimento	503
8.5.6. Assistente de defesa	503
8.5.7. Defensoria Pública	504
8.5.7.1. Quem pode ser defensor público	505
8.5.7.2. Garantias, vedações e impedimentos	505
8.5.7.3. Organização e princípios	506
8.5.7.4. Atuação no Processo Penal	507
8.6. OFENDIDO	510
8.6.1. Assistente de acusação	510
8.6.1.1. Fundamento e finalidade	511
8.6.1.2. Momento	511
8.6.1.3. Legitimados	512
8.6.1.4. Habilitação	515
8.6.1.5. Poderes	516
8.7. FUNCIONÁRIOS E AUXILIARES DA JUSTIÇA	518
8.7.1. Funcionários da Justiça	518
8.7.2. Auxiliares do juízo	518
8.7.2.1. Perito	519
8.7.2.2. Intérprete	520
<b>9. PROVAS</b>	<b>521</b>
9.1. TEORIA DA PROVA	521
9.1.1. A prova no Processo Penal	521
9.1.2. Conceito, objetivo e destinatários	523
9.1.2.1. Elemento informativo	523
9.1.3. Sentidos da expressão <i>prova</i>	524
9.1.4. Classificação	525
9.1.4.1. Quanto ao objeto	525
9.1.4.2. Quanto ao valor	525
9.1.4.3. Quanto ao sujeito	525
9.1.4.4. Quanto à previsão legal	525
9.1.4.5. Quanto ao que se quer provar	526
9.1.4.6. Quanto à atividade intelectual	526
9.1.4.7. Quanto à previsão nominal	526
9.1.4.8. Quanto ao respeito às formalidades	527
9.1.4.9. Quanto à forma	528
9.1.4.10. Prova de fora da terra	528
9.1.5. Fontes, meios e elementos da prova	528
9.1.5.1. Resultado da prova	529
9.1.5.2. Meios de obtenção da prova	529
9.1.6. Objeto	530
9.1.7. Princípios	532

9.1.7.1. Autorresponsabilidade das partes .....	532
9.1.7.2. Comunhão das provas .....	532
9.1.7.3. Liberdade probatória .....	532
9.1.7.4. Demais princípios .....	534
9.1.8. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas .....	534
9.1.9. Sistemas de avaliação da prova .....	536
9.1.9.1. Sistema étnico .....	537
9.1.9.2. Sistema religioso .....	537
9.1.9.3. Sistema da íntima convicção do juiz .....	537
9.1.9.4. Sistema da prova legal .....	537
9.1.9.5. Sistema da livre convicção do juiz .....	538
9.1.10. Procedimento probatório .....	540
9.1.10.1. Proposição .....	540
9.1.10.2. Admissão .....	540
9.1.10.3. Produção .....	540
9.1.10.4. Valoração .....	541
9.1.11. Ônus da prova .....	541
9.1.11.1. Conceito .....	541
9.1.11.2. Classificação .....	541
9.1.11.3. Distribuição .....	543
9.1.11.3.1. Ônus distribuído entre acusação e defesa .....	543
9.1.11.3.2. Ônus exclusivo da acusação .....	545
9.1.11.4. Modelos de constatação (standards probatórios) .....	546
9.1.11.5. Inversão .....	547
9.1.12. Poderes instrutórios do juiz .....	548
9.1.12.1. O juiz no curso das investigações .....	548
9.1.12.2. O juiz no curso do processo .....	550
9.1.13. Prova ilícita .....	552
9.1.13.1. Introdução .....	552
9.1.13.2. Prova ilícita e prova ilegítima .....	552
9.1.13.2.1. A Lei nº 11.690/08 .....	553
9.1.13.2.2. Consequências .....	554
9.1.13.2.3. Desentranhamento .....	555
9.1.13.2.4. Recursos .....	556
9.1.13.2.5. (Des)contaminação do juiz .....	557
9.1.13.2.6. A proporcionalidade .....	558
9.1.13.2.7. Admissão da prova ilícita .....	560
9.1.13.2.7.1. Exceção de boa-fé .....	560
9.1.13.2.7.2. Teoria do risco .....	561
9.1.13.2.7.3. Ataque à credibilidade .....	563
9.1.13.2.7.4. Visão aberta .....	563
9.1.13.2.7.5. Erro inócuo .....	564
9.1.13.2.7.6. Encontro fortuito .....	565
9.1.13.3. Prova ilícita por derivação .....	569
9.1.13.3.1. Fonte independente .....	571
9.1.13.3.2. Descoberta inevitável .....	573
9.1.13.3.3. Contaminação expurgada .....	574

9.1.14. Prova emprestada .....	576
9.1.14.1. Valor probatório .....	578
9.1.14.2. Tribunal do júri .....	578
9.1.14.3. Processos de outras naturezas .....	578
9.1.15. Gerações das provas (trilogia probatória) .....	579
9.2. MEIOS DE PROVA .....	581
9.2.1. Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral .....	581
9.2.1.1. Conceito e características da perícia .....	581
9.2.1.2. Classificação .....	582
9.2.1.3. Terminologia .....	582
9.2.1.4. Obrigatoriedade e suprimento .....	583
9.2.1.5. Exame direto e indireto .....	587
9.2.1.6. Perito .....	588
9.2.1.6.1. Classificação .....	589
9.2.1.6.2. Um ou dois peritos? .....	589
9.2.1.6.3. Nomeação de perito não oficial .....	590
9.2.1.6.4. A Lei nº 12.030/09 .....	591
9.2.1.7. Realização da perícia .....	591
9.2.1.7.1. Vícios e omissões .....	592
9.2.1.7.2. Divergência entre peritos .....	592
9.2.1.7.3. Laudos complementares .....	593
9.2.1.7.4. Momento de realização .....	593
9.2.1.8. Assistente técnico .....	594
9.2.1.9. Valoração do laudo pericial .....	596
9.2.1.10. Necropsia .....	597
9.2.1.11. Exumação .....	597
9.2.1.12. Lesões corporais .....	597
9.2.1.13. Exame do local do crime .....	598
9.2.1.14. Exames laboratoriais .....	598
9.2.1.15. Destruição e rompimento de obstáculo .....	598
9.2.1.16. Incêndio .....	599
9.2.1.17. Exame grafotécnico .....	599
9.2.1.18. Instrumentos do crime .....	600
9.2.1.19. Laudo de avaliação .....	600
9.2.1.20. Cadeia de custódia .....	601
9.2.1.20.1. Introdução .....	601
9.2.1.20.2. Fases .....	602
9.2.1.20.3. Coleta .....	603
9.2.1.20.4. Central de custódia .....	604
9.2.1.20.5. Quebra da cadeia de custódia .....	604
9.2.2. Interrogatório .....	606
9.2.2.1. Conceito e natureza jurídica .....	606
9.2.2.2. Características .....	607
9.2.2.3. Obrigatoriedade .....	609
9.2.2.4. Condução coercitiva .....	610
9.2.2.5. Procedimento .....	614
9.2.2.5.1. Local .....	614



9.2.2.5.2. Momento .....	615
9.2.2.5.3. Realização .....	617
9.2.2.6. Renovação .....	619
9.2.2.7. Videoconferência .....	620
9.2.2.7.1. Histórico .....	620
9.2.2.7.2. A Lei nº 11.900/09 .....	621
9.2.2.7.3. Finalidades .....	622
9.2.2.7.4. Procedimento .....	623
9.2.2.7.5. (In)constitucionalidade .....	623
9.2.3. Confissão .....	625
9.2.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	625
9.2.3.2. Classificação .....	625
9.2.3.3. Características .....	626
9.2.3.4. Requisitos .....	627
9.2.3.5. Valor probatório .....	627
9.2.3.6. Momento .....	628
9.2.3.7. O silêncio do acusado .....	628
9.2.3.8. Chamada de corrêu .....	629
9.2.4. Declarações do ofendido .....	629
9.2.4.1. Conceito e natureza jurídica .....	629
9.2.4.2. Inquirição .....	629
9.2.4.3. Valor probatório .....	630
9.2.4.4. Condução coercitiva .....	631
9.2.4.5. Elemento e fonte de prova .....	631
9.2.4.6. Falso testemunho .....	632
9.2.4.7. Obrigatoriedade .....	632
9.2.4.8. Vitimologia .....	632
9.2.4.9. Depoimento sem dano .....	633
9.2.5. Prova testemunhal .....	634
9.2.5.1. Conceito e natureza jurídica .....	634
9.2.5.2. Características .....	634
9.2.5.3. Classificação .....	635
9.2.5.4. Número de testemunhas .....	637
9.2.5.5. Capacidade .....	638
9.2.5.6. Deveres da testemunha .....	639
9.2.5.6.1. Comparecer .....	640
9.2.5.6.2. Prestar compromisso .....	642
9.2.5.6.3. Depor .....	643
9.2.5.7. Arrolamento, desistência e substituição .....	644
9.2.5.8. Produção da prova testemunhal .....	646
9.2.5.9. Valor probatório .....	649
9.2.5.9.1. Testemunho policial .....	650
9.2.5.9.2. Testemunho infantil .....	650
9.2.5.9.3. Testemunha protegida .....	651
9.2.5.9.4. Testemunha ausente .....	653
9.2.5.10. Depoimento antecipado .....	653
9.2.6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	654

9.2.6.1. Conceito e natureza jurídica .....	654
9.2.6.2. Procedimento .....	654
9.2.6.3. Aplicação em juízo .....	656
9.2.6.4. Reconhecimento foto/fonográfico .....	657
9.2.6.5. Reconhecimento por videoconferência .....	658
9.2.6.6. Valor probatório .....	658
9.2.6.7. Pluralidade de reconhecedores .....	659
9.2.7. Acareação .....	659
9.2.7.1. Conceito e natureza jurídica .....	659
9.2.7.2. Momento .....	659
9.2.7.3. Pressupostos .....	659
9.2.7.4. Procedimento .....	660
9.2.7.5. Acareação à distância .....	660
9.2.7.6. Valor probatório .....	661
9.2.8. Documentos .....	661
9.2.8.1. Conceito e natureza jurídica .....	661
9.2.8.2. Classificação .....	661
9.2.8.3. Características .....	662
9.2.8.4. Momento e produção .....	662
9.2.8.5. Valor probatório .....	663
9.2.9. Indícios .....	664
9.2.9.1. Conceito e natureza jurídica .....	664
9.2.9.2. Indução ou dedução? .....	664
9.2.9.3. Presunção e suspeita .....	665
9.2.9.4. Contraindício .....	666
9.2.9.5. Valor probatório .....	666
9.2.10. Busca e apreensão .....	667
9.2.10.1. Conceito e natureza jurídica .....	667
9.2.10.2. Iniciativa .....	667
9.2.10.3. Âmbito de proteção .....	668
9.2.10.4. Objetivos da busca e apreensão .....	671
9.2.10.4.1. Busca exploratória .....	672
9.2.10.5. Busca e apreensão domiciliar .....	673
9.2.10.6. Busca pessoal .....	676
9.2.10.6.1. Revista íntima em presídios .....	681
9.2.10.6.2. Abordagem policial .....	684
9.2.10.7. Busca em escritório de advocacia .....	685
9.2.10.8. Flagrante e dispensa de mandado .....	686
<b>10. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS .....</b>	<b>691</b>
10.1. TEORIA DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS .....	691
10.1.1. Considerações iniciais .....	691
10.1.2. A Lei nº 12.403/11 .....	692
10.1.3. Características .....	693
10.1.3.1. Acessoriedade .....	693
10.1.3.2. Instrumentalidade .....	693
10.1.3.3. Sumariedade .....	693

10.1.3.4. Preventividade .....	694
10.1.3.5. Provisoriidade .....	694
10.1.3.6. Revogabilidade .....	694
10.1.3.7. Referibilidade .....	694
10.1.3.8. Jurisdicionalidade .....	695
10.1.3.9. Legalidade .....	696
10.1.4. Princípios .....	696
10.1.4.1. Presunção de inocência .....	696
10.1.4.2. Homogeneidade .....	696
10.1.4.3. Vedação à prisão por força de lei .....	699
10.1.4.4. Excepcionalidade .....	700
10.1.4.5. Princípio da confiança no juiz .....	700
10.1.5. Pressupostos .....	701
10.1.5.1. <i>Fumus comissi delicti</i> .....	701
10.1.5.2. <i>Periculum libertatis</i> .....	701
10.1.6. Poder geral de cautela .....	702
10.1.7. Critérios comuns .....	704
10.1.7.1. Necessidade e adequação .....	704
10.1.7.2. Duração .....	705
10.1.7.3. Aplicação isolada ou cumulativa .....	705
10.1.7.4. Legitimidade .....	706
10.1.7.5. Oitiva prévia do Ministério Público .....	709
10.1.7.6. Contraditório .....	709
10.1.7.7. Descumprimento .....	710
10.1.7.8. Revogação e substituição .....	711
10.1.7.9. Recursos .....	712
10.1.7.10. Detração penal .....	713
10.1.7.11. Extinção .....	714
10.2. TEORIA DA PRISÃO .....	714
10.2.1. Prisão-pena e prisão cautelar .....	715
10.2.2. Prisão extrapenal .....	715
10.2.2.1. Prisão civil .....	715
10.2.2.2. Prisão administrativa .....	717
10.2.3. Prisão militar .....	718
10.2.4. Prisão para averiguação .....	719
10.2.5. Imunidades prisionais .....	720
10.2.5.1. Presidente da República .....	720
10.2.5.2. Diplomacia .....	721
10.2.5.3. Senadores e deputados .....	721
10.2.5.4. Juizes e membros do Ministério Público .....	723
10.2.5.5. Advogados .....	723
10.2.5.6. Menores de idade .....	724
10.2.5.7. Autor de crime de trânsito .....	724
10.2.5.8. Infração de menor potencial ofensivo .....	724
10.2.6. Prisão especial .....	724
10.2.6.1. Sala de Estado-Maior .....	727
10.2.6.2. Funcionários da Justiça criminal .....	728

10.2.7. Emprego de força .....	728
10.2.8. Emprego de algemas .....	730
10.2.8.1. Súmula vinculante nº 11 .....	731
10.2.8.2. Decreto nº 8.858/16 .....	732
10.2.9. Mandado de prisão .....	732
10.2.9.1. Cumprimento .....	733
10.2.9.2. Prisão em território diverso .....	734
10.2.9.3. Perseguição .....	734
10.2.9.4. Proteção domiciliar .....	735
10.2.9.5. Registro .....	736
10.2.9.6. Prisão internacional .....	736
10.3. DIREITOS E GARANTIAS DO PRESO .....	737
10.3.1. Introdução .....	737
10.3.2. Regras de Mandela (ONU) .....	737
10.3.3. Dignidade humana: a integridade do preso .....	739
10.3.4. Assistência de um advogado .....	742
10.3.5. Direito ao silêncio .....	742
10.3.6. Identificação dos responsáveis pela prisão .....	743
10.3.7. Relaxamento do flagrante ilegal .....	743
10.3.8. Comunicação da prisão .....	744
10.4. PRISÃO EM FLAGRANTE .....	745
10.4.1. Conceito .....	745
10.4.2. Natureza jurídica .....	745
10.4.3. Fundamentos .....	746
10.4.4. Fases .....	746
10.4.5. Sujeitos .....	747
10.4.5.1. Sujeito ativo .....	747
10.4.5.2. Sujeito passivo .....	749
10.4.6. Espécies de flagrante .....	749
10.4.6.1. Próprio .....	749
10.4.6.2. Impróprio .....	749
10.4.6.3. Presumido .....	750
10.4.6.4. Preparado .....	751
10.4.6.5. Esperado .....	753
10.4.6.6. Prorrogado .....	754
10.4.6.7. Forjado .....	755
10.4.6.8. Cataléptico .....	756
10.4.7. Apresentação espontânea .....	756
10.4.8. Flagrante em diferentes crimes .....	757
10.4.8.1. Crimes permanentes .....	757
10.4.8.2. Crimes habituais .....	758
10.4.8.3. Crimes formais .....	758
10.4.8.4. Crimes continuados .....	759
10.4.8.5. A depender da ação penal .....	759
10.4.9. Formalidades .....	760
10.4.9.1. Momento .....	760
10.4.9.2. Flagrante e espécie de delito .....	760

10.4.9.3. Proteção ao domicílio .....	760
10.4.9.4. Dia e noite .....	761
10.4.9.5. Prisão, perseguição e casa alheia .....	761
10.4.9.6. Código Eleitoral .....	762
10.4.10. Lavratura do auto .....	763
10.4.10.1. Autoridades com atribuição .....	763
10.4.10.2. Oitivas iniciais .....	764
10.4.10.3. Interrogatório do preso .....	764
10.4.10.4. Prazo .....	766
10.4.10.5. Liberação pelo delegado de polícia .....	766
10.4.10.6. Recolhimento do preso .....	767
10.4.10.7. Remessas legais .....	767
10.4.10.8. Nota de culpa .....	768
10.4.11. Atuação do juiz .....	768
10.4.11.1. Prazo .....	769
10.4.11.2. Relaxamento .....	769
10.4.11.3. Conversão em prisão preventiva .....	770
10.4.11.4. Liberdade provisória .....	772
10.5. PRISÃO PREVENTIVA .....	773
10.5.1. Conceito e natureza jurídica .....	773
10.5.2. Momento .....	773
10.5.2.1. No curso das investigações .....	773
10.5.2.2. No curso da ação penal .....	775
10.5.3. Legitimidade .....	776
10.5.3.1. Requerimento e representação .....	776
10.5.3.2. Decretação .....	776
10.5.4. Pressupostos .....	777
10.5.4.1. Positivos .....	777
10.5.4.1.1. <i>Fumus comissi delicti</i> .....	777
10.5.4.1.2. <i>Periculum libertatis</i> .....	777
10.5.4.2. Negativos .....	778
10.5.4.2.1. Excludentes de ilicitude .....	778
10.5.4.2.2. Excludentes de culpabilidade .....	779
10.5.4.3. Conclusão .....	779
10.5.5. Hipóteses de justificação .....	779
10.5.5.1. Garantia da ordem pública .....	780
10.5.5.2. Garantia da ordem econômica .....	783
10.5.5.3. Conveniência da instrução criminal .....	785
10.5.5.4. Assegurar a aplicação da lei penal .....	785
10.5.5.5. Descumprimento de outras medidas .....	787
10.5.6. Hipóteses de admissibilidade .....	788
10.5.6.1. Crime doloso com pena superior a 4 anos .....	789
10.5.6.2. Reincidente em crime doloso .....	789
10.5.6.3. Violência doméstica e familiar .....	790
10.5.6.4. Dúvida sobre a identidade civil .....	793
10.5.7. Duração .....	794
10.5.7.1. Introdução .....	794

10.5.7.2. Quando se reconhece o excesso .....	796
10.5.7.3. Quando não se reconhece o excesso .....	797
10.5.7.4. Excesso vs. novo fundamento .....	798
10.5.7.5. Excesso vs. agente solto .....	798
10.5.7.6. Excesso vs. extensão a corréu .....	799
10.5.8. Motivação .....	800
10.5.9. Apresentação espontânea .....	802
10.5.10. Revogação e relaxamento .....	803
10.6. PRISÃO TEMPORÁRIA .....	804
10.6.1. Histórico .....	804
10.6.2. Conceito .....	805
10.6.3. Requisitos .....	805
10.6.3.1. Imprescindível às investigações .....	806
10.6.3.2. Indiciado sem residência ou identificação .....	807
10.6.3.3. Rol dos crimes autorizadores .....	808
10.6.4. Procedimento .....	810
10.6.4.1. Decretação .....	810
10.6.4.2. Legitimidade .....	810
10.6.4.3. Requisitos .....	810
10.6.4.4. Decisão judicial .....	811
10.6.4.5. Duração .....	811
10.6.4.6. Recurso .....	812
10.6.5. Conversão em prisão preventiva .....	813
10.7. SENTENÇA DE PRONÚNCIA E CONDENATÓRIA RECORRÍVEL .....	813
10.7.1. Prisão decorrente de pronúncia .....	813
10.7.2. Prisão decorrente de condenação recorrível .....	814
10.7.3. Prisão <i>ex lege</i> para recorrer .....	816
10.8. PRISÃO DOMICILIAR .....	816
10.8.1. Conceito .....	816
10.8.2. Hipóteses .....	817
10.8.2.1. Maior de 80 anos .....	818
10.8.2.2. Doença grave .....	818
10.8.2.3. Cuidados especiais .....	819
10.8.2.4. Gestante .....	820
10.8.2.5. Mulher com criança .....	820
10.8.2.6. Homem com criança .....	823
10.8.3. Prova e ônus .....	823
10.8.4. Prisão domiciliar na Lei de Execução Penal .....	824
10.9. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO .....	824
10.9.1. Introdução .....	824
10.9.2. Rol taxativo? .....	825
10.9.3. Medidas em espécie .....	826
10.9.3.1. Comparecimento em juízo .....	826
10.9.3.2. Proibição de frequentar lugares .....	826
10.9.3.3. Proibição de contato .....	827
10.9.3.4. Proibição de se ausentar .....	828
10.9.3.5. Recolhimento domiciliar .....	829

10.9.3.6. Suspensão do trabalho .....	830
10.9.3.7. Internação provisória .....	833
10.9.3.8. Fiança .....	835
10.9.3.9. Monitoração eletrônica .....	835
10.10. LIBERDADE PROVISÓRIA .....	837
10.10.1. Introdução .....	837
10.10.1.1. Conceito .....	837
10.10.1.2. Crítica .....	838
10.10.1.3. Diferenciando institutos .....	838
10.10.2. Espécies .....	839
10.10.2.1. Obrigatória .....	839
10.10.2.2. Vedada .....	840
10.10.2.3. Possível .....	841
10.10.3. Liberdade provisória <i>sem</i> fiança .....	842
10.10.3.1. Excludente de ilicitude .....	842
10.10.3.2. Desnecessidade de prisão preventiva .....	843
10.10.3.3. Situação econômica do preso .....	844
10.10.3.4. Liberdade provisória obrigatória .....	846
10.10.3.5. Recurso cabível .....	846
10.10.4. Liberdade provisória <i>com</i> fiança .....	846
10.10.4.1. Introdução .....	846
10.10.4.2. A fiança .....	847
10.10.4.2.1. Objetivos .....	847
10.10.4.2.2. Arbitramento do valor .....	847
10.10.4.2.3. Modalidades .....	849
10.10.4.3. Obrigações do afiançado .....	849
10.10.4.4. Vedações .....	850
10.10.4.4.1. Racismo .....	850
10.10.4.4.2. Hediondo e equiparados .....	851
10.10.4.4.3. Ordem constitucional e Estado Democrático .....	851
10.10.4.4.4. Quebramento anterior .....	851
10.10.4.4.5. Prisão civil ou militar .....	852
10.10.4.4.6. Prisão preventiva .....	852
10.10.4.5. Momento para concessão .....	852
10.10.4.6. Competência e atribuição .....	853
10.10.4.6.1. Autoridade policial .....	853
10.10.4.6.2. Autoridade judicial .....	854
10.10.4.6.3. Correção do excesso .....	854
10.10.4.7. Procedimento .....	855
10.10.4.8. Consequências processuais .....	856
10.10.4.8.1. Cassação .....	856
10.10.4.8.2. Reforço .....	857
10.10.4.8.3. Quebra .....	857
10.10.4.8.4. Perda .....	858
10.10.4.8.5. Conclusão .....	859
10.10.4.9. Execução .....	859
10.11. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA .....	860

10.11.1. Conceituação e objetivos .....	860
10.11.2. Previsão em documentos internacionais .....	860
10.11.3. Aspectos procedimentais .....	861
10.11.3.1. Cabimento .....	862
10.11.3.2. Prazo .....	862
10.11.3.3. Autoridade .....	863
10.11.3.4. Procedimento .....	864
10.11.4. Consequência da não realização .....	869
<b>11. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>873</b>
11.1. A COMUNICAÇÃO PROCESSUAL .....	873
11.2. CITAÇÃO .....	874
11.2.1. Conceito .....	874
11.2.2. Validade .....	874
11.2.3. Finalidade e legislação especial .....	874
11.2.4. Efeitos da citação válida .....	875
11.2.5. Espécies .....	876
11.2.6. Citação pessoal .....	876
11.2.6.1. Por mandado .....	877
11.2.6.2. Por carta precatória .....	878
11.2.6.3. Citação do militar .....	878
11.2.6.4. Citação do preso .....	879
11.2.6.5. Citação do funcionário público .....	880
11.2.6.6. Carta rogatória .....	880
11.2.6.7. Por carta de ordem .....	881
11.2.7. Citação presumida .....	881
11.2.7.1. Por edital .....	881
11.2.7.1.1. Hipóteses .....	882
11.2.7.1.2. Prazo de dilação .....	883
11.2.7.1.3. Consequências .....	883
11.2.7.1.3.1. Prazo de suspensão da prescrição .....	885
11.2.7.1.3.2. Produção antecipada de provas .....	886
11.2.7.1.3.3. Prisão preventiva .....	887
11.2.7.1.3.4. Comparecimento do réu .....	887
11.2.7.2. Por hora certa .....	887
11.2.8. Revelia no Processo Penal .....	889
11.3. INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....	890
11.3.1. Conceitos e noções .....	890
11.3.2. Regras de prazos .....	891
11.3.3. Consequência da ausência .....	892
11.3.4. Intimações aos sujeitos processuais .....	892
11.3.4.1. Defensoria Pública .....	893
11.3.4.2. Advogados .....	895
11.3.4.3. Ministério Público .....	896
11.3.4.4. Acusado, testemunhas e vítimas .....	898



<b>12. PROCESSO E PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>899</b>
12.1 TEORIA DO PROCESSO PENAL .....	899
12.1.1. Processo vs. procedimento .....	899
12.1.2. Fases do procedimento penal .....	900
12.1.2.1. Fase postulatória .....	900
12.1.2.2. Fase instrutória .....	901
12.1.2.3. Fase decisória .....	901
12.1.2.4. Fase recursal .....	901
12.1.3. Classificação dos procedimentos .....	901
12.1.3.1. Espécies de procedimento comum .....	901
12.1.3.2. Influências das sanções penais .....	902
12.1.3.3. Concurso de procedimentos .....	903
12.1.4. Aplicação das regras procedimentais .....	904
12.1.5. Previsão de prioridade .....	905
12.2. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO .....	906
12.2.1. Oferecimento da inicial acusatória .....	906
12.2.2. Juízo de admissibilidade .....	906
12.2.2.1. Momento .....	906
12.2.3. Rejeição da inicial acusatória .....	907
12.2.3.1. Causas .....	907
12.2.3.1.1. Inépcia .....	907
12.2.3.1.2. Falta de pressuposto processual .....	908
12.2.3.1.3. Falta de condições da ação .....	909
12.2.3.1.4. Falta de justa causa .....	909
12.2.3.1.5. Quadro geral .....	909
12.2.3.2. Recurso cabível .....	909
12.2.3.3. Rejeição parcial .....	910
12.2.4. Recebimento da inicial acusatória .....	910
12.2.4.1. Reconsideração .....	910
12.2.4.2. Motivação .....	911
12.2.4.3. Consequências .....	912
12.2.4.4. <i>Emendatio libelli</i> e recebimento .....	912
12.2.4.5. Recurso cabível .....	913
12.2.5. Resposta à acusação .....	914
12.2.5.1. Diferenciando os institutos .....	914
12.2.5.2. Prazo .....	915
12.2.5.3. Conteúdo .....	915
12.2.5.4. Motivação .....	917
12.2.5.5. Réplica .....	917
12.2.6. Absolvição sumária .....	918
12.2.6.1. Hipóteses .....	918
12.2.6.1.1. Excludente de ilicitude .....	918
12.2.6.1.2. Excludente de culpabilidade .....	919
12.2.6.1.3. Atipicidade .....	919
12.2.6.1.4. Extinção da punibilidade .....	920
12.2.6.2. Recurso cabível .....	920
12.2.7. Designação de audiência .....	920

12.2.7.1. Realização .....	922
12.2.7.2. Produção probatória .....	923
12.2.7.3. Declaração do ofendido .....	923
12.2.7.4. Oitiva de testemunhas .....	923
12.2.7.5. Esclarecimento dos peritos/assistentes .....	925
12.2.7.6. Acareação e reconhecimentos .....	925
12.2.7.7. Interrogatório .....	925
12.2.7.8. Diligências complementares .....	926
12.2.7.9. Alegações finais .....	926
12.2.7.9.1. Ordem e tempo .....	927
12.2.7.9.2. Substituição por memorial .....	928
12.2.7.9.3. Não apresentação .....	929
12.2.7.10. Sentença .....	930
12.2.7.11. Encerramento .....	930
12.3. PROCEDIMENTO SUMÁRIO .....	932
12.3.1. Noções .....	932
12.3.2. Distinções com o procedimento ordinário .....	932
12.3.2.1. Prazo para designar audiência .....	932
12.3.2.2. Número de testemunhas .....	933
12.3.2.3. Requerimento de diligências .....	933
12.3.2.4. Alegações finais .....	933
12.3.2.5. Sentença .....	934
12.3.2.6. Quadro geral .....	934
12.4. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....	934
12.4.1. Previsão constitucional .....	934
12.4.2. Princípios .....	935
12.4.2.1. Oralidade .....	935
12.4.2.2. Simplicidade .....	936
12.4.2.3. Informalidade .....	936
12.4.2.4. Economia processual .....	937
12.4.2.5. Celeridade .....	937
12.4.2.6. Publicidade .....	937
12.4.3. Competência .....	937
12.4.3.1. Infração de menor potencial ofensivo .....	937
12.4.3.2. Histórico .....	938
12.4.3.3. Influências no cálculo da pena .....	939
12.4.3.4. Conexão e continência .....	940
12.4.3.5. Modificação .....	942
12.4.3.6. Casuística .....	943
12.4.3.6.1. <i>Emendatio libelli</i> .....	943
12.4.3.6.2. <i>Mutatio libelli</i> .....	944
12.4.3.6.3. Estatuto do Idoso .....	945
12.4.3.6.4. Crimes eleitorais .....	947
12.4.3.6.5. Justiça Militar .....	947
12.4.3.6.6. Lei Maria da Penha .....	948
12.4.3.6.7. Foro por prerrogativa de função .....	950
12.4.3.7. Natureza: absoluta ou relativa? .....	950

12.4.3.8. Competência territorial .....	951
12.4.3.9. Conflito de competência .....	952
12.4.4. Medidas despenalizadoras .....	953
12.4.4.1. Composição dos danos civis .....	953
12.4.4.2. Representação .....	955
12.4.4.3. Transação penal .....	957
12.4.4.3.1. Momento .....	958
12.4.4.3.2. Requisitos .....	959
12.4.4.3.3. Proposta .....	962
12.4.4.3.4. Procedimento .....	962
12.4.4.4. Suspensão condicional do processo .....	966
12.4.4.4.1. <i>Guilty plea</i> e <i>plea bargaining</i> .....	966
12.4.4.4.2. Momento .....	966
12.4.4.4.3. Requisitos .....	968
12.4.4.4.4. Legitimidade .....	971
12.4.4.4.5. Aceitação .....	971
12.4.4.4.6. Recurso .....	973
12.4.4.4.7. Condições .....	973
12.4.4.4.8. Revogação .....	975
12.4.4.4.9. Extinção da punibilidade .....	976
12.4.5. Rito sumaríssimo .....	977
12.4.5.1. Termo circunstanciado .....	977
12.4.5.2. Flagrante .....	978
12.4.5.3. Violência doméstica .....	979
12.4.5.4. Análise procedimental .....	979
12.4.5.4.1. Atos de comunicação .....	979
12.4.5.4.2. Fase preliminar .....	980
12.4.5.4.3. Audiência de instrução e julgamento .....	982
12.4.5.5. Recursos e meios de impugnação .....	985
12.4.5.5.1. Apelação .....	985
12.4.5.5.2. Embargos de declaração .....	985
12.4.5.5.3. Recurso em sentido estrito .....	986
12.4.5.5.4. Recurso extraordinário .....	986
12.4.5.5.5. Reclamação .....	987
12.4.5.5.6. Revisão criminal .....	988
12.4.5.5.7. Habeas corpus .....	988
12.4.5.5.8. Mandado de segurança .....	989
12.4.5.6. Execução .....	989
12.5. PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	990
12.5.1. Breve histórico .....	990
12.5.2. Noções .....	991
12.5.3. Princípios .....	991
12.5.3.1. Plenitude de defesa .....	991
12.5.3.2. Sigilo das votações .....	992
12.5.3.3. Soberania dos veredictos .....	994
12.5.3.4. Competência mínima .....	997
12.5.4. Características .....	999

12.5.5. Organização do júri .....	1000
12.5.5.1. Lista de jurados .....	1000
12.5.5.2. Publicação da lista .....	1000
12.5.5.3. Alterações da lista provisória .....	1000
12.5.5.4. Recurso .....	1001
12.5.5.5. Alteração da lista definitiva .....	1001
12.5.5.6. Renovações da lista .....	1001
12.5.5.7. Sorteio dos jurados .....	1001
12.5.5.8. Convocação dos jurados .....	1002
12.5.6. Jurados .....	1003
12.5.6.1. Categorias .....	1003
12.5.6.2. Quem pode ser jurado .....	1003
12.5.6.3. Quem não pode ser jurado .....	1005
12.5.6.4. Direitos .....	1005
12.5.6.5. Deveres .....	1006
12.5.6.6. Recusa ao serviço do júri .....	1006
12.5.6.7. Responsabilização criminal .....	1007
12.5.7. Procedimento bifásico do tribunal do júri .....	1007
12.5.8. Juízo da Acusação (1ª fase) .....	1008
12.5.8.1. Impronúncia .....	1011
12.5.8.1.1. Recurso .....	1012
12.5.8.2. Desclassificação .....	1013
12.5.8.2.1. Recurso .....	1015
12.5.8.2.2. Conflito de competência .....	1015
12.5.8.2.3. Desqualificação .....	1016
12.5.8.3. Absolvição sumária .....	1016
12.5.8.3.1. Inimputabilidade .....	1018
12.5.8.3.2. Recurso .....	1019
12.5.8.4. Pronúncia .....	1020
12.5.8.4.1. In dubio pro societate .....	1022
12.5.8.4.2. Fundamentação .....	1023
12.5.8.4.3. Infrações penais conexas .....	1025
12.5.8.4.4. Efeitos .....	1026
12.5.8.4.5. Medidas cautelares pessoais .....	1027
12.5.8.4.6. Intimações .....	1028
12.5.8.4.7. Emendatio e mutatio libelli .....	1029
12.5.8.4.8. Recurso .....	1029
12.5.8.4.9. Despronúncia .....	1029
12.5.9. Desaforamento .....	1030
12.5.9.1. Momento .....	1031
12.5.9.2. Legitimidade .....	1031
12.5.9.3. Hipóteses .....	1032
12.5.9.3.1. Interesse de ordem pública .....	1032
12.5.9.3.2. Dúvida sobre imparcialidade .....	1032
12.5.9.3.3. Risco à segurança do réu .....	1033
12.5.9.3.4. Ultrapassado o prazo legal .....	1033
12.5.9.4. Destino .....	1034

12.5.9.5. Efeito suspensivo .....	1034
12.5.9.6. Recurso .....	1034
12.5.9.7. Reaforamento .....	1035
12.5.10. Juízo da Causa (2ª fase) .....	1035
12.5.10.1. Preparação para o julgamento .....	1035
12.5.10.2. Ordem de julgamento .....	1037
12.5.10.3. Habilitação do assistente de acusação .....	1038
12.5.10.4. Organização do júri .....	1038
12.5.10.5. Sessão de julgamento .....	1038
12.5.10.5.1. Presenças e ausências .....	1038
12.5.10.5.1.1. Ministério Público .....	1038
12.5.10.5.1.2. Defensor .....	1039
12.5.10.5.1.3. Acusado .....	1040
12.5.10.5.1.4. Assistente .....	1040
12.5.10.5.1.5. Querelante .....	1041
12.5.10.5.1.6. Testemunhas .....	1041
12.5.10.5.1.7. Juiz .....	1042
12.5.10.5.2. Número de jurados .....	1042
12.5.10.5.3. Impedimentos gerais .....	1044
12.5.10.5.4. Incomunicabilidade .....	1046
12.5.10.5.5. Sorteio dos jurados .....	1046
12.5.10.5.5.1. Recusa motivada .....	1047
12.5.10.5.5.2. Recusa imotivada .....	1047
12.5.10.5.5.3. Estouro de urna .....	1049
12.5.10.5.6. Compromisso dos jurados .....	1049
12.5.10.5.7. Instrução em plenário .....	1050
12.5.10.5.7.1. Vítima e testemunhas .....	1050
12.5.10.5.7.2. Leitura de peças .....	1051
12.5.10.5.7.3. Interrogatório .....	1052
12.5.10.5.7.4. Uso de algemas .....	1052
12.5.10.5.8. Debates .....	1053
12.5.10.5.8.1. Acusação e defesa .....	1054
12.5.10.5.8.2. Duração .....	1055
12.5.10.5.8.3. Réplica e tréplica .....	1055
12.5.10.5.8.4. Inovação na tréplica .....	1056
12.5.10.5.8.5. Limitações .....	1057
12.5.10.5.8.6. Juntada de documentos .....	1059
12.5.10.5.8.7. Apartes .....	1061
12.5.10.5.8.8. Conclusão .....	1061
12.5.10.5.8.9. Dissolução do conselho de sentença .....	1062
12.5.10.5.8.9.1. Acusado indefeso .....	1062
12.5.10.5.8.9.2. Sociedade indefesa .....	1063
12.5.10.5.9. Quesitação .....	1063
12.5.10.5.9.1. Sistemas .....	1064
12.5.10.5.9.2. Leitura .....	1065
12.5.10.5.9.3. Ordem .....	1066
12.5.10.5.9.4. Votação .....	1071

12.5.10.5.9.5. Casuística .....	1073
12.5.10.5.9.5.1. Falso testemunho em plenário .....	1073
12.5.10.5.9.5.2. Concurso de crimes .....	1074
12.5.10.5.9.5.3. Absolvição imprópria .....	1075
12.5.10.5.9.5.4. Desclassificação .....	1075
12.5.10.5.9.5.5. Atenuantes e agravantes .....	1078
12.5.10.5.9.5.6. Concurso de agentes .....	1078
12.5.10.5.10. Sentença .....	1079
12.5.10.5.10.1. Absolutória .....	1079
12.5.10.5.10.2. Condenatória .....	1079
12.5.10.5.11. Encerramento .....	1080
12.6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO .....	1081
12.6.1. Introdução .....	1081
12.6.2. Dispensabilidade de inquérito policial .....	1081
12.6.3. Resposta preliminar .....	1082
12.6.3.1. Ausência .....	1082
12.6.3.2. Ausência e condenação subsequente .....	1083
12.6.3.3. Inquérito policial e defesa prévia .....	1083
12.6.3.4. Capacidade postulatória .....	1084
12.6.3.5. Rejeição da inicial acusatória .....	1084
12.6.4. Concurso de infrações penais .....	1085
12.6.5. Concurso de agentes .....	1085
12.6.6. Crime funcional e Lei nº 9.099/95 .....	1085
12.6.7. Foro por prerrogativa de função .....	1086
12.6.8. Perda superveniente da qualidade de funcionário público .....	1086
12.6.9. Rito .....	1086
12.7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA .....	1086
12.7.1. Introdução .....	1086
12.7.2. Crimes contra a honra e Lei nº 9.099/95 .....	1087
12.7.3. Legislação extravagante .....	1087
12.7.4. Pedido de explicações .....	1087
12.7.5. Audiência de tentativa de conciliação .....	1089
12.7.6. Exceção da verdade .....	1090
12.7.7. Exceção da notoriedade .....	1092
12.7.8. Rito .....	1093
12.8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL .....	1093
12.8.1. Introdução .....	1093
12.8.2. Rito dos crimes de ação penal de iniciativa privada .....	1094
12.8.3. Rito dos crimes de ação penal pública .....	1096
<b>13. ATOS DECISÓRIOS .....</b>	<b>1099</b>
13.1. ATOS JUDICIÁRIOS .....	1099
13.1.1. Introdução .....	1099
13.1.2. Classificação dos atos jurisdicionais .....	1100
13.1.2.1. Despacho de mero expediente .....	1100
13.1.2.2. Decisão interlocutória .....	1101
13.1.2.3. Decisão definitiva .....	1102

13.1.2.4. Decisão executável, não executável e condicional .....	1103
13.1.2.5. Decisão subjetivamente simples, plúrima e complexa .....	1103
13.1.2.6. Decisão suicida, vazia e autofágica .....	1104
13.1.2.7. Decisão condenatória, absolutória, declaratória, constitutiva, mandamental e executiva .....	1104
13.2. TEORIA DA SENTENÇA .....	1105
13.2.1. Introdução .....	1105
13.2.2. Conceito .....	1106
13.2.3. Requisitos .....	1107
13.2.3.1. Relatório .....	1107
13.2.3.2. Motivação .....	1108
13.2.3.3. Dispositivo .....	1111
13.2.3.4. Autenticação .....	1112
13.2.4. Publicação .....	1112
13.2.5. Intimação .....	1114
13.2.5.1. Ministério Público .....	1114
13.2.5.2. Querelante e assistente de acusação .....	1114
13.2.5.3. Réu e seu defensor .....	1114
13.3. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA .....	1117
13.3.1. Espécies .....	1117
13.3.2. Hipóteses .....	1118
13.3.3. Efeitos .....	1119
13.3.3.1. Efeito principal .....	1119
13.3.3.2. Efeitos secundários .....	1120
13.4. SENTENÇA CONDENATÓRIA .....	1120
13.4.1. Introdução .....	1120
13.4.2. Conceito .....	1121
13.4.3. Elementos e roteiro básico .....	1121
13.4.4. Manutenção e imposição de medidas cautelares pessoais .....	1123
13.4.5. Cômputo da prisão provisória na fixação do regime inicial .....	1124
13.4.6. Imposição de valor mínimo para reparação de danos .....	1126
13.4.7. Independência do juiz para julgar .....	1127
13.4.8. Reconhecimento de agravantes pelo juiz .....	1128
13.4.9. Efeito prodrômico .....	1129
13.5. CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA .....	1130
13.5.1. Introdução .....	1130
13.5.2. <i>Emendatio libelli</i> .....	1132
13.5.2.1. Introdução .....	1132
13.5.2.2. Hipóteses .....	1132
13.5.2.3. Aplicação de pena mais grave .....	1133
13.5.2.4. Momento .....	1134
13.5.2.5. Aplicação em segunda instância .....	1136
13.5.2.6. Contraditório .....	1137
13.5.2.7. Quadro geral .....	1138
13.5.3. <i>Mutatio libelli</i> .....	1139
13.5.3.1. Introdução .....	1139
13.5.3.2. Elementar e circunstância: fato novo ou fato diverso? .....	1140

13.5.3.3. Aplicabilidade .....	1142
13.5.3.3.1. Dolo vs. culpa .....	1142
13.5.3.3.2. Consumação vs. tentativa .....	1143
13.5.3.3.3. Coautoria vs. participação .....	1143
13.5.3.4. Iniciativa .....	1144
13.5.3.5. Ação penal de iniciativa privada .....	1145
13.5.3.6. Procedimento .....	1146
13.5.3.7. Adstrição do juiz ao aditamento .....	1147
13.5.3.8. Aplicação em segunda instância .....	1149
13.5.3.9. Quadro geral .....	1151
13.5.4. Disposições comuns .....	1151
13.5.4.1. Mudança de competência .....	1151
13.5.4.2. Mudança de ação penal .....	1152
13.5.4.3. Transação penal e sursis processual .....	1153
13.6 COISA JULGADA E PRECLUSÃO .....	1154
13.6.1. Introdução .....	1154
13.6.2. Preclusão vs. coisa julgada .....	1155
13.6.2.1. Espécies de preclusão .....	1155
13.6.3. Coisa julgada formal .....	1156
13.6.4. Coisa julgada material .....	1156
13.6.5. Coisa julgada vs. revisão criminal .....	1157
13.6.6. Coisa julgada e a CADH .....	1158
13.6.7. Funções positiva e negativa da coisa julgada .....	1159
13.6.7.1. Conflito entre coisas julgadas .....	1159
13.6.8. Limites .....	1160
13.6.8.1. Limites objetivos .....	1160
13.6.8.2. Limites subjetivos .....	1163
<b>14. NULIDADES .....</b>	<b>1165</b>
14.1. TEORIA DA NULIDADE .....	1165
14.1.1. Introdução .....	1165
14.1.2. Conceito .....	1166
14.1.3. Sistemas .....	1167
14.1.4. Ato processual típico e atípico .....	1168
14.1.5. Espécies de irregularidade .....	1168
14.1.6. Atos processuais: existência, validade e eficácia .....	1169
14.1.7. Espécies de atos processuais .....	1170
14.1.8. Ato inexistente .....	1171
14.2. PRINCÍPIOS .....	1172
14.2.1. Princípio da tipicidade .....	1172
14.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas .....	1172
14.2.3. Princípio do prejuízo .....	1173
14.2.4. Princípio da causalidade .....	1175
14.2.5. Princípio da conservação .....	1175
14.2.6. Princípio do interesse .....	1177
14.2.7. Princípio da eficácia .....	1178
14.2.8. Princípio da restrição à decretação de ineficácia .....	1178



14.2.9. Princípio da boa-fé e da cooperação .....	1179
14.2.10. Princípio da convalidação .....	1181
14.2.10.1. Formas de convalidação .....	1181
14.3. ESPÉCIES DE NULIDADE .....	1183
14.3.1. Nulidade absoluta .....	1183
14.3.2. Nulidade relativa .....	1185
14.3.2.1. Reconhecimento .....	1185
14.3.2.2. Momento .....	1186
14.3.3. Anulabilidade .....	1188
14.4. NULIDADES EM ESPÉCIE .....	1188
14.4.1. Incompetência .....	1188
14.4.2. Suspeição .....	1190
14.4.3. Suborno .....	1190
14.4.4. Ilegitimidade de parte .....	1191
14.4.5. Falta de fórmulas ou termos legais .....	1191
14.4.5.1. Denúncia, queixa, representação ou requisição .....	1191
14.4.5.2. Exame de corpo de delito .....	1192
14.4.5.3. Nomeação de defensor e de curador .....	1192
14.4.5.4. Intervenção do Ministério Público .....	1193
14.4.5.5. Citação, interrogatório e prazos .....	1194
14.4.5.6. Pronúncia .....	1195
14.4.5.7. Intimação do acusado para julgamento do júri .....	1195
14.4.5.8. Intimação das testemunhas do júri .....	1196
14.4.5.9. Quórum de instalação do júri .....	1196
14.4.5.10. Sorteio do conselho de sentença .....	1197
14.4.5.11. Incomunicabilidade dos jurados .....	1197
14.4.5.12. Formulação dos quesitos .....	1197
14.4.5.13. Acusação e defesa na sessão de julgamento do júri .....	1198
14.4.5.14. Sentença .....	1198
14.4.5.15. Recurso de ofício .....	1198
14.4.5.16. Intimação para ciência de decisão recorrível .....	1199
14.4.5.17. Quórum para julgamento nos tribunais .....	1199
14.4.6. Omissão de formalidade essencial do ato processual .....	1200
14.4.7. Carência de fundamentação .....	1201
14.4.8. Nulidade no inquérito policial .....	1201
14.4.9. Quadro geral .....	1203
<b>15. RECURSOS .....</b>	<b>1205</b>
15.1. TEORIA DOS RECURSOS .....	1205
15.1.1. Conceito .....	1205
15.1.2. Segurança e justiça .....	1205
15.1.3. Fundamentos .....	1206
15.1.4. Natureza jurídica .....	1206
15.1.5. Características .....	1206
15.1.6. Princípios .....	1208
15.1.6.1. Duplo grau de jurisdição .....	1208
15.1.6.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer .....	1211

15.1.6.2. Taxatividade .....	1212
15.1.6.3. Unirrecorribilidade .....	1213
15.1.6.4. Fungibilidade .....	1213
15.1.6.5. Convolução .....	1215
15.1.6.6. Voluntariedade .....	1216
15.1.6.6.1. Recurso necessário .....	1216
15.1.6.7. Disponibilidade .....	1219
15.1.6.8. Personalidade e <i>non reformatio in pejus</i> direta .....	1219
15.1.6.8.1. <i>Reformatio in pejus</i> indireta .....	1222
15.1.6.8.2. Incompetência absoluta .....	1223
15.1.6.8.3. Tribunal do júri .....	1224
15.1.6.9. <i>Reformatio in mellius</i> .....	1226
15.1.6.10. Dialeiticidade .....	1227
15.1.6.11. Complementariedade .....	1229
15.1.6.12. Variabilidade .....	1229
15.1.6.13. Colegialidade .....	1230
15.1.7. Pressupostos recursais .....	1231
15.1.7.1. Conhecimento <i>vs.</i> provimento .....	1232
15.1.7.2. Objeto dos juízos de admissibilidade e de mérito .....	1232
15.1.7.3. Estabilização da decisão e conhecimento recursal .....	1232
15.1.7.4. Interposição e razões .....	1233
15.1.7.5. Competência para o juízo de admissibilidade .....	1233
15.1.7.6. Natureza do juízo de admissibilidade .....	1234
15.1.7.7. Pressupostos recursais em espécie .....	1234
15.1.7.7.1. Pressupostos objetivos .....	1234
15.1.7.7.1.1. Cabimento .....	1235
15.1.7.7.1.2. Adequação .....	1235
15.1.7.7.1.3. Regularidade formal .....	1235
15.1.7.7.1.4. Tempestividade .....	1236
15.1.7.7.1.4.1. Forma de contagem .....	1237
15.1.7.7.1.4.2. Momento de interposição .....	1239
15.1.7.7.1.4.3. Processo eletrônico .....	1240
15.1.7.7.1.4.4. Recesso forense .....	1240
15.1.7.7.1.4.5. Contagem para as partes .....	1241
15.1.7.7.1.4.6. Interposições alternativas .....	1243
15.1.7.7.1.5. Ausência de fato impeditivo .....	1244
15.1.7.7.1.5.1. Renúncia .....	1244
15.1.7.7.1.5.2. Preclusão .....	1246
15.1.7.7.1.5.3. Recolhimento à prisão .....	1247
15.1.7.7.1.6. Ausência de fato extintivo .....	1247
15.1.7.7.1.6.1. Desistência .....	1248
15.1.7.7.1.6.2. Deserção .....	1249
15.1.7.7.2. Pressupostos subjetivos .....	1250
15.1.7.7.2.1. Legitimidade .....	1250
15.1.7.7.2.1.1. Legitimados gerais .....	1251
15.1.7.7.2.1.2. Legitimados especiais .....	1253
15.1.7.7.2.2. Interesse .....	1255

15.1.7.7.2.2.1. Sucumbência .....	1256
15.1.7.7.2.2.2. Interesse do acusado .....	1257
15.1.7.7.2.2.3. Interesse da acusação .....	1259
15.1.8. Efeitos dos recursos .....	1260
15.1.8.1. Obstativo .....	1260
15.1.8.2. Devolutivo .....	1261
15.1.8.3. Suspensivo .....	1264
15.1.8.4. Regressivo .....	1265
15.1.8.5. Extensivo .....	1266
15.1.8.6. Substitutivo .....	1267
15.1.8.7. Translativo .....	1267
15.1.8.8. Dilatório-procedimental .....	1268
15.1.9. Direito intertemporal .....	1268
15.1.10. Classificação dos recursos .....	1269
15.2. RECURSOS EM ESPÉCIE .....	1271
15.2.1. Apelação .....	1271
15.2.1.1. Introdução .....	1271
15.2.1.2. Espécies .....	1271
15.2.1.2.1. Apelação adesiva .....	1272
15.2.1.3. Cabimento .....	1275
15.2.1.3.1. Decisões do juiz singular .....	1275
15.2.1.3.2. Decisões do tribunal do júri .....	1277
15.2.1.4. Efeitos .....	1285
15.2.1.5. Procedimento .....	1287
15.2.1.5.1. Competência e forma .....	1287
15.2.1.5.2. Prazos e processamento .....	1288
15.2.2. Recurso em sentido estrito .....	1291
15.2.2.1. Introdução .....	1291
15.2.2.2. Interpretação extensiva .....	1293
15.2.2.3. Cabimento .....	1294
15.2.2.4. Efeitos .....	1307
15.2.2.5. Procedimento .....	1308
15.2.2.5.1. Competência e forma .....	1308
15.2.2.5.2. Prazos e processamento .....	1309
15.2.3. Embargos infringentes e de nulidade .....	1310
15.2.3.1. Introdução .....	1310
15.2.3.2. Cabimento .....	1311
15.2.3.2.1. Embargos infringentes no STF .....	1313
15.2.3.3. Efeitos .....	1315
15.2.3.4. Procedimento .....	1316
15.2.3.4.1. Competência e forma .....	1316
15.2.3.4.2. Prazos e processamento .....	1317
15.2.4. Embargos de declaração .....	1318
15.2.4.1. Introdução .....	1318
15.2.4.2. Cabimento .....	1319
15.2.4.3. Efeitos .....	1321
15.2.4.3.1. Efeitos infringentes .....	1322

15.2.4.3.2. Prazos para demais recursos .....	1323
15.2.4.4. Procedimento .....	1324
15.2.4.4.1. Competência e forma .....	1324
15.2.4.4.2. Prazos e processamento .....	1324
15.2.5. Carta testemunhável .....	1325
15.2.5.1. Introdução .....	1325
15.2.5.2. Cabimento .....	1326
15.2.5.3. Efeitos .....	1327
15.2.5.4. Procedimento .....	1327
15.2.6. Correição parcial .....	1328
15.2.6.1. Introdução .....	1328
15.2.6.2. Cabimento .....	1329
15.2.6.3. Efeitos .....	1329
15.2.6.4. Procedimento .....	1329
<b>16. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>	<b>1331</b>
16.1. INTRODUÇÃO .....	1331
16.2. <i>HABEAS CORPUS</i> .....	1331
16.2.1. Histórico .....	1331
16.2.1.1. Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	1332
16.2.2. Conceito .....	1334
16.2.3. Natureza jurídica .....	1335
16.2.4. Condições da ação .....	1336
16.2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	1336
16.2.4.2. Interesse de agir .....	1337
16.2.4.2.1. Necessidade .....	1337
16.2.4.2.2. Adequação .....	1339
16.2.4.2.3. O <i>habeas corpus</i> como <i>collateral attack</i> .....	1347
16.2.4.2.4. O <i>habeas corpus</i> substitutivo de recurso .....	1347
16.2.4.2.5. Prequestionamento e supressão de instância .....	1350
16.2.4.3. Legitimidade .....	1351
16.2.4.3.1. Legitimidade ativa .....	1352
16.2.4.3.1.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo .....	1355
16.2.4.3.2. Legitimidade passiva .....	1357
16.2.5. Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	1360
16.2.6. Hipóteses legais de cabimento .....	1361
16.2.6.1. Ausência de justa causa .....	1362
16.2.6.2. Excesso ilegal de tempo de prisão .....	1362
16.2.6.3. Coação por autoridade incompetente .....	1363
16.2.6.4. Cessação do motivo que autorizou a coação .....	1363
16.2.6.5. Inadmiss�o de fiança quando possível .....	1364
16.2.6.6. Processo manifestamente nulo .....	1364
16.2.6.7. Extinção da punibilidade .....	1365
16.2.7. Competência .....	1365
16.2.8. Procedimento .....	1373
16.2.8.1. Capacidade postulatória .....	1374
16.2.8.2. Petição inicial .....	1374

16.2.8.3. Liminar .....	1375
16.2.8.4. Apresentação do paciente .....	1377
16.2.8.5. Informações pelo coator .....	1377
16.2.8.6. Dilação probatória .....	1378
16.2.8.6.1. Revolvimento da prova vs. reavaliação do fato .....	1379
16.2.8.7. Ônus da prova .....	1381
16.2.8.8. Mérito .....	1382
16.2.8.9. Efeitos da decisão e sua extensão .....	1382
16.2.8.10. Concessão de ofício .....	1384
16.2.8.11. Coisa julgada e reiteração do pedido .....	1385
16.2.8.12. Desistência e prejudicialidade .....	1386
16.2.8.13. Manifestação do Ministério Público .....	1386
16.2.8.14. Intervenção do assistente e do querelante .....	1387
16.2.8.15. Empate .....	1388
16.2.8.16. Embaraço ao julgamento .....	1388
16.2.9. Recursos .....	1388
16.3. REVISÃO CRIMINAL .....	1389
16.3.1. Introdução e histórico .....	1389
16.3.2. Conceito .....	1391
16.3.3. Natureza jurídica .....	1391
16.3.4. É uma ação rescisória? .....	1391
16.3.5. Pedidos possíveis .....	1392
16.3.6. Condições da ação .....	1393
16.3.6.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	1393
16.3.6.2. Interesse de agir .....	1397
16.3.6.3. Legitimidade .....	1398
16.3.7. Hipóteses legais de cabimento .....	1401
16.3.7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei .....	1401
16.3.7.2. Contrariedade à evidência dos autos .....	1403
16.3.7.3. Depoimento, exame ou documento falsos .....	1404
16.3.7.4. Descoberta de novas provas em favor do agente .....	1404
16.3.7.5. Nulidade do processo .....	1406
16.3.8. Procedimento .....	1407
16.3.8.1. Capacidade postulatória .....	1407
16.3.8.2. Recolhimento à prisão .....	1408
16.3.8.3. Prazo .....	1408
16.3.8.4. Competência .....	1408
16.3.8.5. Rito procedimental .....	1410
16.3.8.6. Efeito suspensivo .....	1412
16.3.8.7. Ônus da prova .....	1412
16.3.8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> .....	1413
16.3.8.9. Resultados possíveis .....	1413
16.3.8.10. Coisa julgada .....	1414
16.3.8.11. Indenização por erro judiciário .....	1415
16.3.9. Recursos .....	1416
16.4. MANDADO DE SEGURANÇA .....	1416
16.4.1. Introdução e histórico .....	1416

16.4.2. Conceito e natureza jurídica .....	1417
16.4.3. Tutela jurisdicional .....	1417
16.4.4. Prazo .....	1418
16.4.5. Legitimidade ativa e passiva .....	1418
16.4.6. Cabimento .....	1419
16.4.7. Procedimento .....	1421
16.4.7.1. Petição inicial .....	1422
16.4.7.2. Competência .....	1422
16.4.7.3. Liminar .....	1424
16.4.7.4. Notificação da autoridade coatora .....	1425
16.4.7.5. Manifestação do Ministério Público .....	1425
16.4.7.6. Julgamento .....	1426
16.4.8. Recursos .....	1426
<b>ANEXO – TEMAS IMPORTANTES RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS ....</b>	<b>1429</b>
RECOMENDAÇÃO Nº 62/CNJ .....	1430
Recomendações aos juízes com competência para a fase de conhecimento criminal: .....	1430
Recomendações aos juízes com competência para a fase de execução penal: .....	1430
Recomendações aos tribunais e juízes com competência penal: .....	1431
Decisões judiciais a partir da Recomendação nº 62/CNJ .....	1431
LEI Nº 14.022/20 .....	1435
Atendimento presencial pelo Poder Público .....	1435
Realização prioritária de exame de corpo de delito .....	1436
Atendimento virtual pelos órgãos de segurança pública .....	1436
Prorrogação das medidas protetivas de urgência .....	1437
Atendimento prioritário em caso de risco .....	1438
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1439</b>